

Conjuntura

Sintunesp participa de debate sobre “Neoliberalismo e crise da educação pública” em Araraquara

Organizado pela Regional da Conlutas, aconteceu o 1º Seminário dos Servidores em Educação de Araraquara e Região, no dia 25/11, com a temática “Neoliberalismo e crise da educação pública”

Devido à importância do tema, diretamente relacionado aos problemas que enfrentamos na nossa categoria, a diretoria do Sintunesp deliberou por enviar dois representantes: Alberto de Souza (Bauru) e Wagner Alexandre (Araçatuba). Por considerarem relevante o evento, as companheiras Olga da Conceição F. dos Santos (SP) e Cinara Maria Siqueira Rovai (Rio Claro) também participaram, arcando a viagem com recursos próprios.

As palestras

Falando sobre “A condição dos trabalhadores na educação pública”, a professora Janaína

Rodrigues (Oposição Alternativa/Apeoesp), abordou as condições precárias de trabalho na educação pública e a profunda retirada de direitos do trabalhador no setor industrial a partir da década de 90. “Na educação, houve uma invasão de cooperativas terceirizadas, professores eventuais à disposição de prestação de serviços por hora/aula, o trabalho voluntário através dos ‘amigos da escola’ etc. A consequência desse desmonte é a péssima saúde dos profissionais em educação”, ressaltou.

A palestra “Educação: reforma ou revolução?”, foi feita por Valério Arcary, historiador e professor do CEFET/SP. Ele falou sobre as três idéias que considera a coluna vertebral da educação: a crise da escola pública no país (e a consequente crise da mobilidade social), a trajetória nacional brasileira (o capitalismo não resolve o problema da desigualdade social) e a situação dos professores e trabalhadores em educação.

Na palestra intitulada “As reformas neoliberais na educação”, o professor Edgard Fernandes Neto (Oposição Alternativa/Apeoesp) falou sobre o destino da educação a partir de 1989, quando tiveram impulso as reformas educacionais do PSDB. “A educação passou a estar relacionada à política econômica mundial”, disse ele, denunciando que, ao contrário do que o governo passa para a sociedade, há uma elevada taxa de analfabetismo, baixa taxa de acesso ao ensino básico, evasão e repetência no ensino superior e pífio investimento na qualificação docente.

Para ele, políticas públicas compensatórias, como o ProUni e Bolsa família, por exemplo, não acabam com a miséria e até são exigências do Banco Mundial para inclusão dos mar-

ginalizados, de forma a amenizar a pressão destes setores sociais. “O problema é que estas políticas não valorizam o ensino pela qualidade necessária ao combate ao desemprego, arrocho salarial, miséria da população etc”, ponderou o palestrante.

Edgard considera que os sindicatos combativos têm que dar respostas e exigir mudanças, defendendo a bandeira de toda a população pela educação pública gratuita e de qualidade.



À esq., palestra de Valério Arcari, na qual a companheira Olga compôs a mesa

Participação também em Bauru

No dia 2/12, a Conlutas realiza em Bauru um seminário semelhante ao de Araraquara. Também desta vez, o Sintunesp participa das discussões, com a presença de oito representantes: Olinda Rosa Maçan, José Antônio Aguiar, Eliane da Silva Correia, Maria Evangelista Ribeiro e Maria Aparecida Ferreira dos Santos (todos diretores de base em Botucatu), além de Alberto de Souza (Bauru), Reinaldo Cervati Dutra (Bauru) e Wagner Alexandre (Araçatuba), estes três últimos membros da Diretoria Colegiada.

Conlutas faz campanha contra o Super Simples

Medidas são aprovadas no Congresso e significam o início da reforma trabalhista no país

A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) está desencadeando uma campanha nacional para que o presidente Lula veto parte dos artigos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (conhecida como Super Simples). O processo de aprovação do Projeto de Lei Complementar 123/04 foi concluído no dia 22/11 e, agora, segue à sanção presidencial.

A justificativa para a aprovação do Super Simples é a necessidade de diminuir a burocracia e ampliar a isenção fiscal às empresas menores, como forma de promover a formalidade e o emprego. No entanto, o que não aparece nas matérias da grande imprensa são os pontos obscuros do projeto, que atacam duramente os tra-

balhadores dessas empresas.

Um desses pontos desobriga as empresas de procedimentos básicos, como: a afixação de quadro de trabalho em suas dependências; a anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro; de comunicar ao Ministério do Trabalho a concessão de férias coletivas, entre outros. Assim, fica dramaticamente reduzida a possibilidade de a fiscalização constatar o cumprimento, ou não, de direitos trabalhistas básicos pela empresa.

Trata-se de uma verdadeira “reforma trabalhista”, que coloca na berlinda direitos de todos os empregados de pequenas e micro empresas do país (calcula-se que chegam a 60% dos que trabalham). Cria-se uma indesejável - e inconstitucional - situa-

ção em que haveria trabalhadores de primeira e segunda categoria, aqueles que teriam seus direitos protegidos conforme a lei, e aqueles que nem tanto.

É porta aberta à reforma da legislação trabalhista que vem sendo reclamada pelos patrões e preparada no âmbito do Ministério do Planejamento.

Veto

A campanha da Conlutas é para que o presidente Lula veto os pontos nocivos aos trabalhadores. O Sintunesp está disponibilizando em seu site uma cópia do abaixo-assinado que pede o veto. Basta imprimi-lo e, depois de preenchido, entregá-lo aos diretores do Sintunesp.

Jornal do Sintunesp é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp.

Praça da Sé, 108, 4º andar - Centro (SP). Fone: (11)- 31050645. Sub-sede Botucatu: (14) 3882-8826

E-mail: sintunesp@uol.com.br Site: www.sintunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (Rg. 19.458)